

ATA DE REUNIÃO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA KAMURI

Campinas, 10 janeiro de 2022



Completo-se, em fins de novembro último, o 2º ano da atual gestão na condução da KAMURI. Decidiram os Conselheiros, signatários desta Ata, fazer coincidir sua análise e parecer acerca das contas da entidade com o ano fiscal, seguindo a mais comum praxe contábil das pessoas jurídicas em geral. Deste modo, o presente parecer refere-se ao período de 1º de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021. Registre-se, como relevante, que os Conselheiros participaram das reuniões da Kamuri, ao longo do ano de 2021 (exceto aquelas exclusivamente de Diretoria), participando das deliberações a respeito de ações e da aplicação dos recursos da entidade no período.

O ano de 2020 encerrou-se ainda sob o impacto da pandemia do Coronavírus. O impacto da pandemia, para os povos indígenas, não se deu, porém, apenas pela disseminação do vírus. Invasores de terras indígenas, madeireiros e garimpeiros ilegais, sem sofrer qualquer tipo de restrição, impedimento, fiscalização ou repressão, atuaram livremente na Amazônia toda. As comunidades Yanomami e Munduruku foram as mais impactadas, diretamente, pelas invasões de garimpos. Na aldeia Munduruku do Tapajós as lideranças indígenas que se opuseram à penetração do garimpo tiveram suas casas queimadas, obrigando-se a retirar-se da terra. Nesse momento contataram a Kamuri para pedir apoio, de modo a poderem reconstruir suas casas e retornar à aldeia, e poderem se fazer representar em evento indígena de âmbito nacional (a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas). A Diretoria da Kamuri lançou, em dezembro, uma breve Campanha de Apoio aos Munduruku, cujo resultado foi transferido às lideranças da aldeia atingida.

O ano de 2021 foi vivido, integralmente, sob o mesmo impacto da pandemia. Nesse contexto, o trabalho de acompanhamento direto em aldeias foi suspenso. Excepcionalmente a Coordenadora Geral e Ana Gianfrancesco – atendendo a uma deliberação de reunião geral da entidade, considerando um momento de queda acentuada dos casos de infecção e morte por Covid no Estado de São Paulo, durante o mês de setembro/22 – realizaram uma viagem à Terra Indígena Araribá, no segundo final de semana de outubro/21, com três objetivos: (1) verificar, *in loco*, os resultados do Projeto Djaryi, de sementes nativas, e as condições de sua continuidade na Aldeia Nimuendajú; (2) avaliar, com as lideranças da comunidade Nhandewa-Guarani de Nimuendajú, sua proposta de plantio de árvores nativas para reconstituição de mata ciliar protetora de nascentes que abastecem a área do Centro Cultural da comunidade; (3) avaliar, com as lideranças da comunidade Terena de Ekeruá, as perspectivas para retomada de oficinas do Projeto de Revitalização da Língua Terena em São Paulo.

Algumas medidas foram tomadas em relação à continuidade (ou retomada) do Projeto Djaryi e com respeito ao início de um projeto de plantio de mudas de árvores nativas, que se chamou Renascente. Foram garantidos e repassados, à comunidade, recursos para preparo da terra e para confecção de um bom acero no entorno da mata, evitando novos episódios de alastramento de fogo, como o que comprometeu uma parte da mata nativa existente.

A pedido das lideranças e professores indígenas, foi retomado o projeto de Revitalização Linguística com os Nhandewa-Guarani da Aldeia Nimuendajú, realizando-se uma Oficina de Revitalização nos primeiros dias de dezembro de 2021, dois anos depois da última realizada na mesma aldeia.

No período de contas abrangido neste relatório (o mês de dezembro de 2020, e todo o ano de 2021), os gastos da ONG totalizaram **R\$ 30.274,44**, com destaque para os gastos referentes ao Projeto Djaryi: R\$ 10.205,47. Chama a atenção, porém, o alto custo operacional envolvido com a contabilidade: R\$ 8.213,28 em pagamentos mensais ao contador, mais taxas bancárias e certificação digital, o que corresponde a 27% do total de gastos, ou 24% de toda a receita arrecadada durante o período, que foi de R\$ 34.640,36. O fato sugere uma ação no sentido de busca de enxugamento desse tipo de gasto, o que é a sugestão deste Conselho à Diretoria.

Atendo-nos ao ano de 2021 (1º jan-31 dez.), os gastos totais foram de **R\$ 26.848,00**, e o arrecadado no ano totalizou **R\$ 31.620,57**, dos quais, R\$ 9.335,00 provém da contribuição mensal de associados (aprox. 30%). Tendo em conta que os gastos contábeis (contador e taxas bancárias) corresponderam, em 2021, a 26,5% do total de gastos no ano, conclui-se que as contribuições dos associados praticamente se esgotaram no pagamento daqueles gastos, o que reforça a recomendação anotada no final do parágrafo anterior. Uma segunda recomendação diz respeito a valores investidos em aplicação financeira. Durante o ano de 2021, pouco mais de 5 mil reais foram mantidos em um tipo de aplicação que, no entanto, não rendeu senão R\$ 112,57, em 12 meses, período em que a inflação chegou a 10,06% (ou seja, os valores investidos desvalorizaram, pela inflação, cerca de R\$ 519,00). Recomenda-se a revisão desse tipo de investimento, sugerindo-se, sim, manter alguma aplicação – porém, efetivamente rentável – de uma parte dos valores sem previsão de gastos a médio prazo.

Somadas as receitas do ano, ao saldo bancário em 1º de janeiro de 2021, e descontadas as despesas, o saldo financeiro, em 31 de dezembro de 2021, foi de **R\$ 19.717,95**.

Toda a documentação contábil e financeira foi examinada, estando correta e em ordem, e digitalizada. O PARECER deste Conselho Fiscal é pela APROVAÇÃO INTEGRAL e sem ressalvas aos balanços e relatório da Coordenação Financeira da KAMURI.

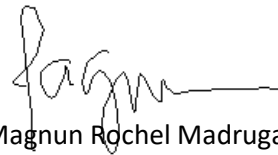
Campinas, SP, 10 de janeiro de 2022



Odair Vedovato Jr.

CPF 269.704.208-33

1º Conselheiro Fiscal



Magnun Rochel Madruga

CPF 012.482.440-44

2º Conselheiro Fiscal